

**feam**

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE

Parecer Técnico GPROD Nº 04/2012  
Processo COPAM Nº 298/1996/004/2003

## PARECER TÉCNICO

Empreendedor: <b>Mineração Matheus Leme</b> Empreendimento: Mineração Matheus Leme Atividade: Mineração e Planta de Beneficiamento de Agalmatolito CNPJ: 60.510.195/0001-41 Endereço: Fazenda Pedras II Município: Mateus Leme/MG Referência: <b>Análise técnica para viabilizar Termo de Compromisso</b> Infração: <b>Gravíssima</b>	DN	Código	Classe	Porte
	74/2004	A-02-07	I	P

O presente Parecer Técnico refere-se ao pedido da Procuradoria da FEAM sobre a possibilidade da elaboração de um Termo de Compromisso, enviando para o corpo técnico o processo de Auto de Infração n. 298/1996/004/2003, lavrado em 2003 e a documentação jurídica gerada desse processo para tomada de conhecimento acerca da situação do empreendimento.

A empresa de mineração Matheus Leme Ltda explora no local denominado Fazenda Pedras II uma rocha chamada Agalmatolito e no seu processo de extração é realizada em lavras a céu aberto com beneficiamento via úmida, ou seja, com a instalação de barragens para decantação.

O agalmatolito é uma rocha metamórfica apelidada de "pedra-sabão" composta principalmente por dois filossilicatos de alumínio: a pirofilita e a muscovita, decorrente da alteração hidrotermal de uma rocha magmática chamada Riólito. É compacta, mole, de granulação fina e cor verde-clara. O agalmatolito é muito usado na confecção de objetos ornamentais e em vários produtos industriais, sobretudo tinta. As características mineralógicas aliadas à tecnologia empregada em sua extração geram rejeitos, mas produz, principalmente, um grande volume de poeira.

A proposta técnica de recuperação da área degradada pelo empreendimento está contida em um documento protocolado em 14 de julho de 2008 no SISEMA por um escritório de advocacia responsável pela defesa do empreendedor. Posteriormente, em 22 de maio de 2012 a Procuradoria Jurídica da FEAM solicitou um posicionamento quanto à viabilidade técnica das propostas apresentadas para a celebração de Termo de Compromisso.

Autor: Leandro Vieira da Silva – MASP: M 1148096-9 Analista Ambiental	Assinatura: <i>Leandro Vieira da Silva</i> Data: 12/06/2012
De Acordo: Antonio Augusto Melo Mallard- MASP: M 1176424-8 Gerente de Produção Sustentável	Assinatura: <i>Antonio Augusto Melo Mallard</i> Data: 12/06/2012
Visto: Janaina Maria França dos Anjos – MASP: 1301588-8 Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento	Assinatura: <i>Janaina Maria França dos Anjos</i> Data: 15/06/2012

A partir da leitura e análise do referido documento, chegou-se a conclusão que as informações apresentadas não são suficientes para propor um Termo de Compromisso para recuperar a área degradada localizada no terreno da empresa. As ações foram descritas de forma extremamente sumárias e não demonstram o grau de intervenção que deverá ser realizado para recuperar a área de forma satisfatória.

Para fazer jus à assinatura do Termo de Compromisso a proposta técnica deveria ter contemplado com maior detalhamento das ações previstas para sua recuperação, como os objetivos de cada ação, quais ações serão de caráter temporário e quais de caráter permanente, como será a avaliação e o monitoramento para evitar novos focos erosivos, além de cronograma físico das atividades, croquis e fotos atualizadas para mostrar a área a ser tratada, e outras medidas que por ventura o perfil do terreno possa demandar.

Registra-se ainda a falta de ART do autor das proposições técnicas para a área em questão no documento que foi protocolado pelo empreendedor em 2008. Para elaboração da proposta técnica sugere-se como equipe interdisciplinar um agrônomo e/ou biólogo-botânico e/ou engenheiro florestal para propor as medidas cabíveis para o reflorestamento, engenheiro civil e/ou engenheiro de minas para a possibilidade de construções de possíveis estruturas de contenção e geógrafo e/ou geólogo para caracterização da erosão a montante e deposição dos sedimentos a jusante.

Dessa forma, o detalhamento executivo das medidas de reabilitação da proposta técnica é imprescindível para avaliação do corpo técnico do SISEMA.





## ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM

<b>FEAM</b>	
Protocolo nº: 01/369/2012	102
Divisão: 200/FEAM	FL. Nº
Mat. _____	Visto _____

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

Processo nº: 298/1996/004/2003

Assunto: Diligência da CNR/COPAM

Interessado: MINERAÇÃO MATHEUS LEME.

### ADENDO AO PARECER JURÍDICO DE FLS.87/88

A sociedade empresária em epígrafe foi autuada em setembro de 2003, por: *“lançamento de resíduo sólido resultante da limpeza da bacia de decantação em uma drenagem situada à jusante das instalações do empreendimento”* e multada pela CMI de 25/10/2007, no valor de R\$18.621,75 com redução de 1/3 decorrente de circunstância atenuante que corresponde a **R\$12.414,50**. Apresentado seu Pedido de Reconsideração foi indeferido e recorreu da decisão à CNR/COPAM. Em julgamento pela CNR/COPAM de 15/09/2010 o presente processo foi baixado em julgamento, pela FEAM.

O exame dos autos revela que consta no recurso apresentado pelo autuado a proposta de Termo de Compromisso que foi submetido a análise técnica, onde em síntese, concluiu que *as informações apresentadas não são suficientes para propor um Termo de Compromisso para recuperar a área degradada localizada no terreno da empresa. As ações foram descritas de forma extremamente sumárias e não demonstraram o grau de intervenção que deverá ser realizado para recuperar a área de forma satisfatória.*

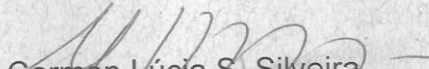
Outro ponto questionado é a aplicação do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08, com relação a incidência do valor da multa mais benéfica ao autuado que deverá ser alterado para R\$16.667,00 com redução de 1/3, conforme decisão da CMI que corresponde a **R\$11.111,34**.

O fato é que a autuada não apresentou proposta de Termo de Compromisso, devendo o processo retornar à CNR/COPAM para continuidade de seu julgamento, com incidência do disposto no artigo 96 do decreto 44.844/08.

ANTE AO EXPOSTO, ratificamos o parecer jurídico anterior, alterando sua conclusão para o **INDEFERIMENTO DO RECURSO** apresentado, pela Câmara Normativa e Recursal do COPAM.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 12 de novembro de 2012.

  
Carmen Lúcia S. Silveira  
OAB/MG 38.838 – MASP 1043755-9

